



INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO INTERDICPLINAR EM HUMANIDADES

MAMIM ALFISSENE BACIRO BALDÉ

**JUVENTUDE E PROCESSO DEMOCRÁTICO NA GUINÉ BISSAU
UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO CIDADÃOS CONSCIENTES E
INCONFORMADOS (2015-2019)**

RENDENÇÃO

2019



INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS

BACHARELADO INTERDICPLINAR EM HUMANIDADES

MAMIM ALFISSENE BACIRO BALDÉ

**JUVENTUDE E PROCESSO DEMOCRÁTICO NA GUINÉ BISSAU
UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO CIDADÃOS CONSCIENTES E
INCONFORMADOS (2015-2019)**

Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de projeto de pesquisa, apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito curricular para a obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

ORIENTAÇÃO

Prof. Dr. Ricardino Jacinto Dumas Teixeira

REDENÇÃO

2019

MAMIM ALFISSENE BACIRO BALDÉ

**JUVENTUDE E PROCESSO DEMOCRÁTICO NA GUINÉ BISSAU
UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO CIDADÃOS CONSCIENTES E
INCONFORMADOS (2015-2019)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 02 de setembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardino Jacinto Dumas Teixeira (Orientador UNILAB)

Profa. Dra. Andrea Cristina Muraro (Examinadora UNILAB)

Prof. Dr. Eduardo Gomes Machado (Examinador UNILAB)

RESUMO

O presente projeto de pesquisa objetiva contribuir para a construção do campo de estudo da Sociologia dos Movimentos Sociais, tendo como recorte analítico concreto o Movimento Cidadãos Conscientes e Inconformados na Guiné-Bissau entre 2015 e 2019. O Movimento de Cidadãos Conscientes e Inconformados surge em 2015 no contexto da disputa política entre o chefe de governo Domingos Simões Pereira e o presidente da república José Mário Vaz no interior do PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde. O presidente José Mário Vaz destituiu o governo alegando corrupção, nepotismo e favoritismo, de forma deliberado, por parte do governo, o que impulsionou uma onda de protestos do Movimento de Cidadãos Conscientes e Inconformados pedindo a renúncia do presidente da república. O projeto analisa o contexto dos protestos e quais as motivações que tornaram possível o surgimento do Movimento de Cidadãos Conscientes e Inconformados, procurando perceber como o Movimento está organizado, suas principais reivindicações e formas de apropriação do espaço público enquanto movimento social urbano. O projeto adota a pesquisa qualitativa como a técnica de coleta, análise e interpretação de dados em geral sobre estudo de processo de participação democrática de movimento social guineense, destacando-se particularmente o estudo da presença do Movimento Cidadãos Conscientes e Inconformados na Guiné-Bissau.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Participação Política. Democracia. Guiné Bissau.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM - Banco Mundial

FMI - Fundo Monetário Internacional

MADEM G-15 – Movimento para a Alternância Democrática da Guiné-Bissau

ONGS - Organizações Não Governamentais

OUA - Organização da Unidade Africana

PAIGC - Partido Africano Para Independência da Guiné e Cabo Verde

PRS - Partido da Renovação Social

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

MCCI – Movimento cidadãos conscientes inconformados

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. JUSTIFICATIVA	Erro! Indicador não definido.
3. PROBLEMATIZAÇÃO	12
4. OBJETIVOS	14
4.1. OBJETIVO GERAL	Erro! Indicador não definido.
4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Erro! Indicador não definido.
5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
5.1 DEBATE TEÓRICO CONCEITUAL DA DEMOCRACIA Erro! Indicador não definido.	
5.1.1 Democracia Minimalista	Erro! Indicador não definido.
5.1.2 Democracia Coletivista	18
6. O DEBATE SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS DESAFIOS DA DEMOCRATIZAÇÃO	19
6.1. Paradigma Analítica Dos Movimentos Sociais	20
6.2. Paradigma Estruturalista E Interacionista Sobre Movimento Social	23
7. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	26
8. REFERÊNCIAS	29

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa objetiva contribuir para a construção do campo de estudo da Sociologia dos Movimentos Sociais, tendo como recorte analítico concreto o Movimento Cidadãos Conscientes e Inconformados na Guiné-Bissau entre 2015 e 2019.

Todo movimento social surge dentro de um contexto. Também o Movimento dos Cidadãos Conscientes e Inconformados é uma organização de jovens que emergiu no contexto mais amplo da formação social, geográfica e história de Guiné-Bissau.

Geograficamente o território de Guiné-Bissau fica situado na costa Ocidental da África. Faz fronteira ao norte com o Senegal, ao sul e leste com a Guiné Conakry e a oeste com o Oceano Atlântico. Abrange 36,125 km² de área geográfica e possui mais de 80 ilhas e ilhéus para uma população estimada em 1.520.830 habitantes, segundo o censo de 2009, dos quais menos de 1% são brancos ou mestiços, sendo 99% de negros, pertencentes a diferentes grupos étnicos [balantas (30%), fulas (20%), manjacos (14%), Mandingas (13%), Papéis (7%), e os outros 16% são grupos menores, Brames ou Mancanhas, Biafadas, Bijagós] cada qual preservando seu repertório linguístico e afirmando identidades próprias (TEIXEIRA, 2015).

Atual Guiné-Bissau tem uma longa história de relacionamento com antigos impérios africanos subsaarianos. Até o século XV, atual Guiné-Bissau fazia parte do Reino de Gabu, sucessor do Reino de Male, dos Mandingas, a qual se desenvolveu e persistiu até o século XVIII, quando ocorreu o processo de ocupação efetiva do território pelo regime colonial português e a região passou a ser denominada pelo Estado colonial de “Guiné Portuguesa, mas a interiorização da colonização efetiva só ocorreu no século XIX, quando a colônia passou a ter o estatuto de “província ultramarina” que também vigorava nas outras então colônias portuguesas em África.

A política de exercer controle sobre o território ocupado pelo colonialismo português começa a ser questionado a partir das resistências de grupos étnicos no sentido de questionar e enfrentar o colonialismo, geralmente, contra o trabalho forçado e pagamento de impostos, sustentado em forma de trabalho, assim como, outras políticas impostas pelo regime colonial português na atual Guiné-Bissau como nos mostra Candé Monteiro (2016) na sua obra que retratam a luta de libertação nacional ocorrido na Guiné-Bissau.

A exploração desenfreada dos recursos do território ocupado (incluindo sua população nativa, grupos étnicos) conduziu, posteriormente, a resistência do Movimento de Libertação

Nacional, transformado, posteriormente, no Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC), fundado em 1956 pelo intelectual revolucionário caboverdiano-guineense, Amílcar Cabral. No início da década de 1960, o PAIGC inicia a luta armada contra o regime colonial, na zona Sul do país.

Após vários anos de luta, o PAIGC declarou unilateralmente a independência e busca o reconhecimento internacional em 1973, reconhecido por vários países, principalmente àqueles ligados a antiga União da República Socialista Soviética. Em 10 de setembro de 1974, Portugal reconheceu a independência de Guiné-Bissau, abrindo-se o espaço para o movimento político e social ocorrido em 25 de abril de 1975, chamado Revolução do Cravos, em Portugal, constituído na sua maioria por capitães portugueses descontente com a derrota militar em África, sobretudo na atual Guiné-Bissau, primeiro país africano a se tornar independente do regime colonial português nos finais do século XX (CORDEIRO, 2008).

Após a independência, o país foi dirigido por um único partido (PAIGC) por mais de duas décadas e enfrentou vários conflitos internos misturados com sucessivos golpes de Estado. Em 1980, por exemplo, o primeiro presidente escolhido pelo PAIGC, Luís Cabral, guineense-cabo-verdiano e meio-irmão de Amílcar Cabral, foi deposto através de um golpe de estado liderado pelo comandante guineense João Bernardo Vieira, que foi dirigente do partido e dirigia as principais frentes de combate contra o regime colonial durante a luta de libertação nacional.

O golpe de Estado, efetuado por Vieira, chamado Movimento Reajustador, selou a união entre Guiné e Cabo Verde, projeto sonhado por Amílcar Cabral, projeto que juntou dois países sob a direção de único partido PAIGC. Como resultado do golpe, em sequência, constituiu-se um “Conselho de Revolução”, sob comando de João Bernardo Vieira, formado por militares e civis do regime. Dentre as razões do golpe, foram mencionadas a supremacia da elite caboverdiana dentro do PAIGC, que detinha principais cargos no governo de Luís Cabral; a falta de diálogo interno e o acirramento da crise econômica e social, bem como, fuzilamento de ex-comandos africanos e ex-milicianos durante o regime de Luís Cabral, supostamente por colaborarem com o regime colonial contra o PAIGC (AUGEL, 2007).

Até 1984, o país ficou sob controle do Conselho de Revolução. Em 1990, inicia-se o processo de liberalização do mercado nacional ao capital financeiro internacional, no âmbito do programa de Ajustamento Estrutural, imposto a países africanos e latino-americanos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), como a condição para a renegociação da dívida externa e liberalização de novos créditos e “perdão” da dívida externa.

Por meio de tais diretrizes, Guiné-Bissau decidiu aderir a política de livre mercado e abrir-se no caminho da democracia representativa com o surgimento de novas forças políticas em 1991 e realizou suas primeiras eleições multipartidária em 1994 (TEIXEIRA,2015). Quatro anos depois da realização de eleições, Guiné-Bissau viveu seu segundo golpe de Estado, desta vez, contra o regime do presidente João Bernardo Vieira, liderado pelo brigadeiro Ansumane Mané. Acentuou-se, nesse período, a emergência de movimentos sociais urbanos e rurais que exprimiam suas insatisfações sociais e políticas, principalmente com os sucessivos golpes de Estado.

Após o golpe de Estado de 1998, que destituiu o presidente Vieira, novas eleições foram realizadas, as quais, conduziram a vitória do Partido da Renovação Social (PRS), sob a liderança de seu presidente Kumba Yala, seu fundador, que assume o cargo de presidente da república e liderança do país em 2000. Em outubro do mesmo ano, o brigadeiro Assumane Mané, descontente com a política de presidente Yala, organizou um novo golpe de Estado, mas acabou por ser morto por adversário pró Yala. O ato causou um forte constrangimento da sociedade civil e parte da cúpula militar. Mais recentemente, em 12 de abril de 2012, um outro golpe de Estado perpetuado por militares guineenses destituiu o ex-primeiro ministro e candidato presidencial do PAIGC, Carlos Gomes Junior (SÁ, 2010). Após esse golpe de estado o país realizou as eleições gerais em 2014, donde saiu como vencedor das presidenciais o Dr. José Mário Vaz e nas legislativas foi eleito o Eng. Domingos Simões Pereira, ambos representados pelo partido para independência da Guiné e Cabo verde, PAIGC.

As manifestações sociais do Movimento de Cidadãos Conscientes e Inconformados é visto por uma parte da sociedade civil e sociedade política como uma organização criada por dirigentes do PAIGC em defesa dos interesses do partido em disputa com o presidente. Suas reivindicações costumam ser direcionado a deposição do presidente Jomav, supostamente por violar as leis constitucionais do país. Essa é a principal reivindicação do Movimento e aproxima-se com a reivindicação defendido pelo próprio PAIGC, em particular motivado pela deposição do líder do PAIGC, Domingos Simões Pereira. O presidente alegou, como justificativa, a existência da prática generalizada da corrupção e insubordinação do governo na prestação de conta como principais razões para a deposição do governo de eng. Domingos Simões Pereira.

Paralelamente surge outros movimentos sociais de protesto contra a decisão do presidente, como é o caso do Movimento “Miguilan - Mindjer di Guiné nô Lanta” constituído principalmente por mulheres guineenses “que se mobilizaram para dizer “basta” de crise

política na Guiné-Bissau”, também na sequência da deposição do governo do ex-primeiro ministro Domingos Simões Pereira. Surgiram, ainda, outros movimentos sociais de jovens “Voz dos Cidadãos de Mundo”, contestando contra as pensões vitalícias doado aos políticos na mesma conjuntura política; movimento *bassõra* do povo, defendendo a refundação do estado guineense empreendendo manifestações de rua voltadas principalmente a situação política de instabilidade que se vive na Guiné-Bissau.

Tendo por base esse quadro contextual e histórica, a nossa pesquisa centra-se no estudo do Movimento de Cidadãos Conscientes e Inconformados, entre os anos 2015 e 2019, privilegiando o contexto de seu surgimento, suas reivindicações, demandas, possível articulação ou não com a sociedade política, na respectiva de análise de sua autonomia organizacional e política na construção de sua identidade.

2 JUSTIFICATIVA

Na sequência de realização de suas primeiras eleições multipartidárias, que teve lugar em 1994, a Guiné-Bissau continua a enfrentar sérios desafios políticos, sociais e institucionais, depois de vários golpes de Estado e conflitos internos. Tais desafios afetaram sobremaneira a emergência e o desenvolvimento organizacional e política das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais populares, particularmente no que se refere a tentativa de restrições de espaços de participação por parte do sistema político e partidário vigente no país.

Não obstante, apesar dos os sucessivos golpes de Estado e conflitos internos, tem havido, no interior dos movimentos sociais populares, uma tomada de consciência sobre os desafios da democratização, em um contexto de diminuição significativa de intervenção militar, no campo da disputa política, o que possibilitou, pela primeira vez na história democrática do país as condições necessárias para termino do mandato do presidente da república, desde abertura democrática.

Salienta-se, nesse contexto, a presença dos movimentos sociais populares, mais urbanos do que rurais, nas mais diversas ações de protestos sociais, por meio de passeatas e ocupações de vias e instituições públicas, constituindo-se, assim, umas das razões que justifica a realização do presente estudo sobre o Movimento de Cidadãos Conscientes e Inconformados, em termos de sua autonomia política e organizativa frente a sociedade política (partidos e Estado).

No campo da sociologia dos movimentos sociais, a pesquisa procura contribuir com estudos nessa área, podendo abrir o espaço para a realização de novos estudos sobre ações coletivas e movimentos sociais no contexto dos países africanos, caso concreto de Guiné-Bissau.

3 PROBLEMATIZAÇÃO

A Guiné-Bissau vivenciou, particularmente nas últimas décadas, situações de crises políticas que afetaram significativamente o desenvolvimento da sociedade civil, historicamente controlada pelo partido único PAIGC e pelo Estado, na época do regime monopartidário dos anos 1970-1980. O PAIGC Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde, nesse período, criou os movimentos dos trabalhadores, dos jovens, das mulheres e das crianças, no interior de suas estruturas, numa perspectiva de controle social dos movimentos sociais populares em defesa da ideologia revolucionária e formação de um homem novo com a consciência nacionalista da identidade guineense (TEIXEIRA, 2007).

A terceira onda de democratização, que ocorreu nos anos 1990, observou-se um aumento significativa das novas forças políticas e da sociedade civil em oposição ao regime autoritário do PAIGC. Tais movimentos se organizaram sobretudo em ONGs, cada uma propondo e defendendo sua bandeira, quer no âmbito ecológica e da agricultura, quer no aspecto político e dos direitos humanos. Isso possibilitou um conjunto de reflexões que têm como objeto de estudo a sociologia dos movimentos sociais e da sociedade civil nos processos de democratização, interessados em questões culturais, construção de identidade e afirmação de jovens na ação de protestos sociais urbanos, principalmente na cidade de Bissau.

Na esfera partidária, a destituição do governo liderado pelo Engenheiro Domingos Simões Pereira pelo presidente Dr. José Mário Vaz, em 2015, aprofundou-se a crise política e social no país. Ambos, Engenheiro Domingos Simões Pereira e presidente Dr. José Mário Vaz foram candidatos eleitos pelo partido PAIGC. Ambos prometeram recuperar a imagem do país contra a política de golpe de Estado, sanear a finanças públicas e reforçar a base produtiva nacional, dando especial atenção ao setor de saúde e da educação. Tais promessas galvanizou as bases sociais e políticas do partido, garantindo sua vitória eleitoral, com maioria dos votos expressos na urna.

Nessa eleição, realizado em 2015, o PAIGC conquistou 281,408 do voto total que corresponde os 47.98% de cadeiras no Parlamento, tendo o presidente do partido Domingos Simões escolhido para o cargo de chefe de governo. Já nas eleições presidenciais, o candidato presidencial do PAIGC, José Mário Vaz, recebeu 257,572 de total dos votos correspondente a 40.89% garantindo eleição no segundo turno com 364,394 que corresponde a 61.90%, contra 38.10% do candidato independente Nuno Nabiam, líder do Partido Unido-Partido

Democrático da Guiné-Bissau, APU-PDGB, que ficou na segunda colocação (UE RELATÓRIO FINAL, 2014).

Não obstante a promessas de estabilização do país, que ajudou unir as lideranças do PAIGC em torno da figura do presidente José Mário Vaz e Domingos Simões Pereira, os resultados não foram os esperados pela sociedade civil, pois houve a ruptura dentro do partido. O Movimento de Cidadãos Conscientes e Inconformados surge em 2015 como resultado da disputa política entre as duas figuras do PAIGC cuja pauta girava, fundamentalmente, na organização de novas eleições e destituição do José Mário Vaz do cargo de presidente da república. Uma parte da sociedade política e civil encontra nessa pauta motivos de atrelamento do movimento ao líder do PAIGC, Domingos Simões Pereira. A suspeita de atrelamento do Movimento acentuou-se com a nomeação de dois dos líderes deste movimento, Lesmes Monteiro e Sana Cante para o governo do PAIGC, que detém o controle do governo atualmente.

Outro elemento que se sobressai, como consequência da crise no PAIGC, são as manifestações dos dirigentes descontentes com a política do governo de Domingos Simões Pereira, e por essa razão chumbaram o seu programa de governo no Parlamento. O ato foi considerado pelo partido como indisciplina e traição aos princípios do partido. Como resposta, os dissidentes foram expulsos do partido, sendo obrigado a criar um outro partido político ao qual deram o nome de Movimento para a Alternância Democrática (MADEN-G15), neste momento segunda maior força política do país.

Assim sendo, tendo por base esse quadro, o presente projeto coloca as seguintes questões para o estudo da sociologia do Movimento de Cidadãos Conscientes e Inconformados, quais sejam:

I. Em que contexto e quais motivações que tornaram possível o surgimento do Movimento de Cidadãos Conscientes e Inconformados?

II. Como está organizado o Movimento de Cidadãos Conscientes e Inconformados?

III. Quais são suas pautas de reivindicações e como o Movimento se apropriam do espaço público enquanto movimento social?

Essas são as principais indagações que servirão de bússola para nossa análise, que, dependendo da dinâmica da pesquisa, poderão ser acrescidas, posteriormente, com outras questões anteriormente não mencionadas e que nos ajudem a ampliar a nossa imaginação conceitual e teórica sobre o Movimento de Cidadãos Conscientes e Inconformados.

4 OBJETIVOS

Tomando por base tais questões, os objetivos da pesquisa são:

4.1 Objetivo geral

- Analisar o processo democrático guineense a partir da participação do Movimento de Cidadãos Conscientes e Informados entre 2015-2019.

4.2 Objetivos específicos

- Analisar o contexto em que se deu o surgimento do Movimento Cidadãos Conscientes e Inconformados e sua forma de organização;
- Analisar as pautas de reivindicações e formas de apropriação do espaço público que o aglutina
- Analisar sua articulação, ou não, com o partido político PAIGC.

Para garantir um plano de sustentação argumentativo sobre o tema a ser analisado, garantindo embasamento e servindo como elemento de análise, faz-se necessário uma revisão da literatura sobre a temática democracia e movimentos sociais, já realizado por alguns autores.

Democracia e movimento social são duas categorias que nos parecem centrais para o nosso estudo. A primeira compreende um conjunto de questões que remetem para estudo dos desafios da democracia e relação com os movimentos sociais populares, já a segunda aponta para a necessidade de se analisar em como historicamente o conceito de movimento social esteve intimamente ligado a “terceira onda de democratização”, que se iniciou no ano de 1974, com as independências africanas e suas implicações na Revolução dos Cravos em Portugal.

Após a análise e definição de linha teórica a ser seguida, procuraremos situar o debate sobre os movimentos sociais no contexto de Guiné-Bissau, através de reflexões desenvolvidas por autores nacionais sobre tais temas.

5 DEBATE TEÓRICO-CONCEITUAL SOBRE A DEMOCRACIA

A ideia principal que se obtém do debate sobre a democracia aponta duas perspectivas fundamentais do seu conceito. A primeira é a perspectiva da democracia representativa, enquanto o exército do poder político pelo cidadão, feita de maneira indireta, através da escolha de representantes do povo no Parlamento para representar e deliberar políticas em nome da população. Já a segunda perspectiva defende a democracia participativa, ou deliberativa, que garante a possibilidade de participação direta dos movimentos sociais e dos cidadãos nos procedimentos de tomada de decisões coletivas e controle de exercício de poder político.

O conceito de democracia que se desenhou na Grécia Antiga, como forma de organização política ou de governo, ganhou novo impulso conceitual a partir da análise e da interpretação das experiências de mudança de regime político que ocorreram no Sul da Europa e Sul da América Latina, nos anos 1970, sobretudo com a derrocada do regime de Salazar em Portugal e retorno da democracia na América Latina em países como o Equador, o Brasil a Argentina e a Bolívia, abrangendo posteriormente o continente africano (VITULLO, 2006).

Samuel Huntington (1994) utiliza o conceito de “Terceira Onda de democratização” para caracterizar as mudanças que ocorreram em vários países do mundo, nos finais dos anos 1980 e princípios de 1990, incluindo os países africanos, tendo por base duas tradições fundamentais sobre a democracia: a tradição inglesa pluralista e a francesa socialdemocracia.

Segundo Alain Touraine (1996) a construção da democracia moderna se deu nos meados do século XVIII, na sequência de algumas conjunturas como o Bill of Rights de 1689, própria da tradição inglesa da democracia, também conhecida por Carta Inglesa dos Direitos Humanos, e a Revolução Francesa, de 1789, da tradição francesa atrelada a ideia da soberania popular atrelada às organizações da sociedade civil. (TEIXEIRA, 2008 *apud* TOURAINE, 1996). Enquanto na Inglaterra se impôs uma concepção da democracia alicerçada no utilitarismo, na França teria predominado a visão da democracia cativada pela ideia da soberania popular, entendida, na tradição francesa da democracia, como poder do povo.

De uma maneira geral, tais abordagens colocam, no campo da sociologia política dos movimentos sociais, um confronto das duas tradições teóricas: **os liberais pluralistas**, que defendiam o método da democracia representativa, centrando a sua análise na defesa dos interesses individuais, e, por outro lado, **a social democracia**, cujos autores criticam as limitações das garantias institucionais restritas à seleção dos líderes através das eleições livres, limitando a participação da opinião coletiva dos movimentos sociais ao voto.

5.1 Democracia minimalista

O conceito da democracia liberal minimalista e seus conteúdos constitutivos emergiram a partir do século XVIII, no interior de tradição inglesa *Bill of Rights* (1689), que marcou a participação dos cidadãos na vida pública dentro dos termos de referência dessa tradição, que se tornou uma das possibilidades de construção hegemônica da democracia na atualidade (TEIXEIRA, 2015).

Esse modelo da teoria democrática, hoje hegemônica, tem merecido críticas por facilitar o afastamento dos cidadãos nos assuntos de decisões políticas a partir da ideia de representação e formação do governo por uma minoria escolhida para deliberar políticas públicas em nome da sociedade civil. Conforme Norberto Bobbio

A expressão democracia representativa significa genericamente que as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aquele que dela faz parte, mas por pessoas eleitas para esta finalidade (BOBBIO, 2015, p. 73-74).

Segundo Teixeira (2015) esta visão de democracia segue, fundamentalmente, a linha interpretativa do elitismo competitivo defendida pelos autores como Weber e Schumpeter, oposto a tradição francesa. Na concepção oferecida por Weber e Schumpeter, que será desenvolvido a seguir, percebe-se uma visão individualista da ideia de deliberação indireta, opondo ao modelo clássico da democracia, baseada na ideia de coletividade, da solidariedade e da democracia direta dos movimentos sociais populares, considerado por essa abordagem um “estouro de boiada, sem discernimento político e facilmente manipuláveis por elites populistas.

Um reconhecido defensor da teoria da democracia elitista, Max Weber, estabeleceu como um dos seus fundamentos o princípio de que a democracia direta só seria possível e viável em sociedades pequenas e relativamente simples, tal como proporciona o modelo clássico grego. Em sociedades complexas e diferenciadas, marcadas pelo pluralismo competitivo, o governo direto do povo estaria fora de questão, sendo substituído pela democracia representativa.

Percebe-se, então, que subjacente a essa ideia, os movimentos sociais como partes da sociedade civil são limitados a participar das decisões políticas ou promover espaços que lhes possibilitassem participar diretamente nos assuntos de interesse nacional para além do exercício restrito do voto, aspecto realçado por Weber e Schumpeter.

Em trabalho intitulado *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Joseph Schumpeter (1961) elaborou ideias semelhantes à de Max Weber, em que o autor sustenta que a participação dos movimentos sociais em democracia multipartidária não seria importante para o

funcionamento do método democrático, uma vez que, nunca existiu e dificilmente existirá uma “vontade coletiva popular” dos movimentos sociais da sociedade civil (SCHUMPETER, 1961).

No arcabouço edificado por Schumpeter (1961) testemunha-se a clara rejeição da participação do povo nos assuntos concernentes a política, ao menos que, se resumisse a sua participação nas eleições periódicas para decidir quem o governa, de forma indireta.

Importa frisar que, esse autor realça a irracionalidade das massas no sentido de tomada de decisões, e como se sabe, trata-se de uma interpretação de cunho psicológico, em que as manifestações coletivas são concebidas como expressão da irracionalidade da multidão. Em certa medida, por meio desta perspectiva, defendida por teóricos minimalistas da democracia, os fenômenos coletivos tenderam a ser limitados a fenômenos “destrutivos”, “desintegradores” cuja regra é sempre equivalente a uma fase “bárbara” da ideia de participação popular (LE BON, 1895).

De acordo com os teóricos funcionalistas, tratar-se-ia de um comportamento político desviante (MUTZENBERG, 2011). Essa ideia defendida pelos funcionalistas, preocupados com o funcionamento burocrático equilibrado do aparelho do Estado, como colocado por Schumpeter em sua análise da democracia, se constata o predomínio do “método democrático” como instrumento institucional para tomar decisões políticas defendido apontando que

Democracia é um método político, isto é, um certo tipo de arranjo institucional para chegar a uma decisão política [legislativa ou administrativa] e, por isso mesmo, incapaz de ser um fim em si mesmo, sem relação com as decisões que produzirá em determinadas condições históricas. É justamente este princípio que deveria caracterizar qualquer definição de democracia (SCHUMPETER 1961, p. 295).

Atrela-se, assim, a democracia ao método e as decisões segundo uma abordagem iminentemente funcionalista, centrada nas decisões que as elites tomariam, e as condições que tornariam possível o sucesso ou insucesso de tais escolhas. Essa visão da democracia minimalista que se tornou hoje hegemônica, é considerado por muitos como único possível de aplicação em sociedades de capitalismo avançado, cada vez mais aberta e plural, principalmente sociedade de tradição ocidental europeia à semelhança de sociedades africanas contemporâneas.

Segundo as considerações de Teixeira (2015) o interesse de Weber e Schumpeter sobre democracia assenta-se em defender um funcionamento estável do sistema de governo sobre os movimentos sociais, na medida em que se evidenciou que nenhum dos dois teóricos tinha preocupação com a ausência popular sobre as deliberações das elites políticas em nome de um governo racional e eficiente, atrelada a burocracia estatal.

Outra abordagem da democracia, que aproxima e reforça a visão Weber e Schumpeter, já apontada, realça a teoria pluralista, defendida por Robert Dahl (2001). O autor elaborou as

principais condições sociais e políticas que garantam o sucesso de um regime democrático, atrelado à igualdade de condições e direitos fundamentais através de eleições periódicas de projetos políticos em disputa, que garanta a obtenção do consenso, promovendo

A Igualdade na obtenção de informações acerca de projetos políticos em disputa, liberdade de expressão e de organização, sufrágio, eleições transparentes e credíveis, direito de concorrer a cargos eletivos, equidade eleitoral e consenso sobre as “alternativas políticas” (DAHL, 2001, p.50).

Assim, a democracia envolve duas dimensões fundamentais: *contestação* de diferentes projetos eleitorais e *participação* dos movimentos sociais populares nas eleições de candidatos a cargos eletivos para o Parlamento e o governo, via voto (TEIXEIRA, 2015, p. 55). Dentro desse escopo, a concepção minimalista da democracia realça os partidos políticos, o Estado, as lideranças, as instituições representativas e interesses corporativos e o exercício do poder indireto.

É por conta dessa visão restrita da democracia que impossibilita a participação direta de todos nos assuntos de interesse nacional, que os teóricos da democracia participativa questionam o alcance dessa abordagem e propõem a democracia participativa dos movimentos sociais populares, ao contrário da democracia minimalista, restrita a disputa entre elites e partidos.

5.2. Democracia coletivista

O modelo de democracia minimalista, debatido no tópico anterior, apresenta-se como hegemônico, mas confronta-se, aqui, com as teorias e práticas contra hegemônicas da democracia dos movimentos sociais, defendido por autores como Macpherson (1978); Pateman (1992) e Habermas (1995), cujos pressupostos baseia-se na legitimidade das decisões coletivas, advindas da deliberação pública de coletividade de cidadãos e dos movimentos sociais populares.

Os teóricos da democracia participativa, ou deliberativa, caracteriza-se por um conjunto de pressupostos sociais, políticas e econômicas que defendem a participação da sociedade civil nos assuntos da vida coletiva.

Nessa linha de pensamento que Bottomore (1981), citado por Teixeira (2015), entende que a visão minimalista da democracia levou os cientistas políticos a restringir a democracia ao comportamento eleitoral, fruto de cálculo de atores políticos que lutam no mercado do voto por meio das eleições periódicas dos seus representantes (ou governantes).

Bottomore (1981) concebe a democracia como um movimento histórico que objetiva alargar a área na qual os membros de uma sociedade podem governar a si mesmos, livres de qualquer regulamentação da vida coletiva. Isso significa que a ideia coletivista da democracia enfatiza os movimentos sociais, em oposição ao elitismo competitivo, que enfatiza o caráter privado do exercício político centrada nas lideranças selecionadas pelo voto. Segundo Pateman,

A teoria da democracia participativa é construída em torno da afirmação de que os indivíduos e as suas instituições não podem ser considerados isoladamente. A existência de instituições representativas a nível nacional não basta para a democracia: pois o máximo de participação de todas as pessoas [...] precisam ocorrer em outras esferas, de modo que as atitudes e qualidades psicológicas necessárias possam se desenvolver. Esse desenvolvimento ocorre por meio do próprio processo de participação (PATEMAN, 1992, p.60).

Nessa ótica, o conceito da democracia participativa realça a participação da sociedade civil, a participação e a deliberação sobre decisões coletivas.

Macpherson (1978) argumenta que a base da instauração da democracia participativa reside no fortalecimento da participação direta dos indivíduos em organizações locais e coletivas, e no estabelecimento de um diálogo constante entre as unidades associativas e as instituições públicas, ou seja, o estreitamento de diálogo entre o Estado e a sociedade civil (MACPHERSON, 1978 apud TEIXEIRA, 2015).

Nas contribuições do Weffort (1992), citado por Teixeira (2015), a percepção coletivista da democracia, alicerçada na participação popular, extrapola os limites procedimentais formais porque a democracia minimalista representativa presume, pelo menos em discurso, um alto grau de consenso e equidade a respeito das questões decisivas para o desenvolvimento social e econômico de qualquer país, bem como questiona a participação do povo, limitada ao exercício dos votos, defendido pelos teóricos individualistas. Daí sua crítica por autores da democracia dos movimentos sociais da sociedade civil.

Na atualidade os desafios da democracia colocam novos parâmetros de debate, uma percepção da democracia que permite o reconhecimento e a manifestação da diversidade social e cultural, dentro de uma inovação social e democrática para além do campo institucional, ainda que não rejeitasse a pertinência da democracia representativa, conforme Pateman (1992). Tal renovação, no âmbito da sociologia, coloca tensão na relação entre regras procedimentais da democracia representativa, minimalista, e a busca pela deliberação pública, coletivista, associada às organizações dos movimentos sociais e da sociedade civil sobre as quais debateremos a seguir.

6 O DEBATE SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS DESAFIOS DA DEMOCRATIZAÇÃO

Uma das perspectivas dominantes no debate sobre as relações entre os movimentos sociais e a democracia detém uma esfera importante, isto é, a esfera do momento histórico marcado pela expansão de políticas liberais em que a temática reforma de Estado nos anos 1990 propunha um novo modelo de serviço público, centrado no setor privado. O tema movimentos sociais, analisado no contexto de mudanças no Sul da Europa, América Latina e África, passou a fazer parte da agenda de debates contra os modelos centralizadores do sistema político, nesses países, principalmente de regimes de partido único, destacando-se o caso de Guiné-Bissau governado há mais duas décadas pelo regime de partido único controlado pelo PAIGC.

No campo teórico da sociologia dos movimentos sociais, os debates giravam sobre questões qual seria a natureza dos movimentos sociais? Quais os objetivos que definem tais movimentos? Contra quem ou contra o quê eles manifestam? Tais indagações proporcionam a busca da clareza conceitual e nas ciências sociais em diferentes contextos.

6.1. Paradigma analítica dos movimentos sociais

No caso brasileiro, extensivo à Guiné-Bissau, analisando a dimensão conceitual, a característica heterogênea com que apresentam os movimentos sociais, nos impede de afirmar ou defini-los nitidamente, pois, não há uma definição única do que seja movimento social, em função das diferenças contextuais distintos, demandas, pautas, formas como as materializam para expressar suas identidades, coloca em dilema sua conceitualização. Mas isso não impediu, contudo, nos anos 1990, uma tentativa de apreensão de formas de um movimento social, do ponto de vista teórico-conceitual, conforme aponta Remo Mutzenberg (2011).

Maria Gloria Gohn (2015, p.13) define movimento como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”. A categoria central, aqui, são “ações coletivas” que envolve um coletivo de pessoas demandando algum bem material ou simbólico. Como entendê-lo teoricamente? Três interpretações sobre o que é movimento social na atualidade são fundamentais para nossa compreensão conceitual, em decorrência das transformações que ocorreram em vários contextos, em momentos históricos distintos dos movimentos sociais: a) ações coletivas da sociedade civil, no que tange seu conteúdo, práticas, formas de organização e bases sociais; b) formas de conceitualização, no que se refere as mudanças conceituais que ocorreram na forma de analisar um movimento social; c) geradas pelas transformações

econômicas e nas políticas do Estado, que geraram um conjunto de transformações distintas que tem sido designado como movimento social. Como analisa-los empiricamente?

Essas são, sinteticamente, as interpretações e questões que marcaram o desenvolvimento do conceito de movimento social. Maria Gloria Gohn (2015) aponta alguns elementos aos movimentos sociais, constitutivo de seu conceito, como o interesse comum enquanto um coletivo social e para tal precisa de uma identidade em comum; a ação histórica de grupos sociais, como, por exemplo, os movimentos de libertação em África, em oposição ao colonialismo e o modo de ação coletiva de luta social.

No caso concreto da nossa pesquisa, procurar-se-á saber como o Movimento de Cidadãos Conscientes e Inconformados se posicionam em protestos ou lutas como forma de organização em contato com as instituições políticas, partidos e Estado. Aqui se atribui importância ao componente da ação coletiva do Movimento de Cidadãos Conscientes e Inconformados.

Outra característica de um movimento social, refere-se a esfera onde ocorre a ação coletiva. Aqui se trata de saber se ações ocorrem na esfera privada ou na esfera pública, na esfera institucional ou informal. Para nossa pesquisa, nos interessa analisar se tais parâmetros expostos até aqui se colocam ou não no campo de ação do Movimento de Inconformados na Guiné-Bissau.

No Brasil as categorias básicas são movimentos indígenas, negros, mulheres, minorias em geral, ancorados pela Constituição da República de 1988 que assegura direitos a minorias. (MUTZEMBERG, 2011). Na Guiné-Bissau, por sua vez, o contexto de movimentos sociais, encontrado nos anos 1980, no âmbito de partido único, são os movimentos de massa criados pelo PAIGC (HANDDEM, 2008). As categorias que orientaram a análise dos movimentos sociais populares são luta de libertação, independência nacional, cultura nacional, revolução, partido, trabalhadores, combatentes da liberdade da pátria e unidade e luta dos movimentos sociais de mulheres, de trabalhadores e de crianças criados e sustentados pelo movimento nacional de libertação no poder sob liderança do PAIGC.

Já no contexto europeu, do ponto de vista histórico, até o início do século XX, o conceito de movimentos sociais contemplava apenas a organização e a ação dos trabalhadores em sindicatos. As teorias que orientaram a produção a respeito foram as de abordagem europeia de tradição marxista. Destacaram-se categorias como hegemonia, condições urbanas e lutas sociais, seguido de estudos sobre Novos Movimentos Sociais, centrada na análise da autonomia organizacional e da identidade coletiva, novos sujeitos históricos, campo de força popular,

descentralização, redes de solidariedade, setor terciário, privado e público tiveram maior destaque entre os teóricos dos Novos Movimentos Sociais.

Maria Gloria Gohn (2015) argumenta que tais categorias europeias de movimento social delinearão perspectivas para o contexto da América Latina, presente no debate, cuja ênfase centrou-se na ideia de classe social, em contraposição a ênfase no ator social do Novo Movimento Social, nos anos 1970.

Nos anos 1980, no Brasil, a perspectiva norte-americana de movimento social proporcionou um intenso debate com uma das correntes dos Novos Movimentos Sociais, o que possibilitou novas abordagens. A ênfase central passa a ser o processo político, oportunidade política, são conceitos chaves desenvolvidas. Enquanto que a abordagem europeia está voltada para questão da identidade, cultura, autonomia, subjetividade, atores sociais, cotidianos, representações coletivas, de viés estruturalista, os teóricos americanos voltaram-se sua atenção para estratégias, oportunidade política, processo político, se viés interacionista, que seria responsável pelo surgimento de um movimento social, em contextos e lugares diferentes.

Na América Latina concentrou-se, em sua maioria, nos estudos sobre os movimentos emancipatórios. Na Guiné-Bissau, por sua vez, retoma-se a ideia da emancipação colonial e ao mesmo tempo acrescido de categoria de “classe”, construído no processo da luta de libertação.

Nos anos 1990, marcado pelos movimentos da globalização, vários analistas passaram a estudar múltiplos contextos nacionais e a recorrer à análise comparativa para entender as diferenças e semelhanças entre processos (GOHN, 2015). Uma das tarefas enfrentadas é a de separar o que são tendências gerais e o que são especificidades das realidades nacionais, marcadas por diferenças culturais.

No caso guineense, retoma-se a ênfase da identidade, em especial devido o processo da democratização com o surgimento de novos sujeitos, ampliado pelo multipartidarismo que levou a formulação do debate anterior centrada na ideia de “classe”, ou “pequena burguesia” defendido por Amílcar Cabral, no contexto da unidade e luta (TEIXEIRA, 2015).

A diversidade dos contextos coloca desafios na definição de movimento social. Essa imprecisão está relacionada a algumas questões, entre eles, pelo fato de o conceito envolver uma problemática entre empiria e teoria. Em outras palavras, ele surge nas lutas sociais e, posteriormente, é apropriado pelos pesquisadores que passaram a dedicar-se ao seu estudo conceitual, fora do seu campo empírico.

No campo conceitual, apontado acima, Maar (1985) compreende que os movimentos emergem como fruto de insatisfação popular frente a má liderança e gerenciamento das coisas públicas, que levam, por consequente, diversas formas de insatisfação. Em trabalho intitulado as onze teses dos movimentos sociais, por meio de uma descrição não analítico Gunder e Marta (1989) salientam que os movimentos sociais, como parte da sociedade civil, têm algumas características comuns: “constituem uma força moral e forte sentido de justiça social e da mobilização para luta social (GUNDER; FUENTES,1989, P.25).

Com a globalização, os movimentos sociais enfrentam dilemas presentes em suas abordagens. Uns advogam a perda de centralidade de Estado e destacam o caráter heterogêneo do campo político. O Estado deixa de ser seu principal adversário e, não tendo um inimigo visível, para canalizar suas demandas, os movimentos sociais se transformam e assumem novas demandas, mais localizadas, no âmbito da sociedade civil, empreendendo suas lutas já não com o objetivo de tomar o poder do Estado, mas garantir direitos sociais, o que coloca a necessidade de reformular os paradigmas de movimentos sociais para situar os problemas gerados pela globalização, em especial, na relação com as estruturas governamentais (GOHN, 1997).

6.2. Paradigma estruturalista e interacionista sobre movimentos sociais

Na América Latina a controvérsia se deu quanto à opção de análise que se deve considerar, colocando em disputa duas perceptivas, a estruturalista e interacionista. A primeira postula ser necessário mapear as condições estruturais, causas e consequências dos movimentos a partir de um estudo que focasse as desigualdades sociais, as discriminações, a repressão e a exploração. Este viés enfatiza o potencial de transformação dos movimentos sociais. Já a segunda perspectiva a interacionista, enfatiza as relações de poder, o papel das lideranças, as alianças e ações estratégias (GOHN, 1997).

Podemos situar a abordagem estruturalista na ótica da democracia coletivista que gerou o questionamento da democracia minimalista, típica da visão de movimento social defendida por teóricos interacionistas em virtude do papel das lideranças que competem no mercado de voto a cargos eletivos no Parlamento.

Nos Estados Unidos da América (EUA), a contestação social e política levada a cabo pelo movimento dos direitos civis contribuiu para o surgimento das teorias da mobilização de recursos (TMR) e do processo político (TPP) para dar conta dos problemas gerados pela globalização e pelas políticas econômicas neoliberais, provocando a quase eliminação do papel do Estado na economia, na sociedade e na política (ALONSO,2009).

No contexto africano, as políticas de ajustes macroeconômicas do “ajustamento estrutural” têm dado ênfase ao setor privado em detrimento do público na organização do estado, da economia e da sociedade civil. Os movimentos sociais do tipo “informal”, em virtude de sua lógica de organização coletiva, onde a solidariedade e a economia “informal” predominam, são excluídos no acesso aos recursos de políticas europeias de desenvolvimento para África. A preocupação voltou-se, em sua quase generalidade, para as fases do surgimento dos movimentos sociais e em que contexto foram analisados.

No artigo “Movimentos sociais, Estado e Sociedade Civil em África, Considerações introdutórias” da autoria do Luca Bussotti e Remo Mutzenberg (2016), Larmer (2010) propôs considerar quatro períodos para caracterizar os movimentos sociais africanos: período da luta de libertação, anos 50 e 60, período da independência, anos 60 e 75, e período pós independência, anos 75 e 89, que geraram impactos significativos na formação do Estado e, finalmente, o processo de democratização, anos 90, com o surgimento de “novos movimentos sociais” guineenses e o fim do regime autoritário sob comando de partido único.

Alain Touraine (1996), sociólogo francês, teórico dos movimentos sociais, questiona a visão hoje hegemônica do movimento social baseada na ideia de mobilização de recursos e processo político, centrada na liderança. Ele ressalta a dimensão cultural da ação coletiva, que não deve ser confundido de um simples protesto popular, de fenómenos de massas, guiados pelo pânico ou por contágio irracional.

O autor define um movimento social em três características: identidade, definição de adversário e cultural comum – seria a ideia da totalidade substituindo a ideia de “classe social” que a tradição marxista tomou como fundamental para estudo de um movimento social pela centralidade na identidade, nos anos 1970. Em nossa pesquisa caberia analisar em como se coloca a perspectiva de Alain Touraine sobre o Movimento dos Cidadãos Conscientes e Inconformados guineense e, conseqüentemente, questionar quem são seus adversários e aliados? É o Estado? São os partidos ou suas lideranças? Ou existe uma relação de atrelamento?

O processo da democratização continua central na geração de novas abordagens em termos dos desafios dos movimentos sociais. Para Bussotti e Mutzenberg (2016) o acelerado processo de democratização tem sido interpretado pela maioria das classes dirigentes africanas como uma (necessária) ameaça à manutenção do seu poder político e económico, centrado no partido. Acresce-se, também, os Programas de Ajustamento Estrutural (PAE), implementada na Guiné-Bissau na década de 1980, concebidos pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo

Monetário Internacional (FMI) como a condição necessária para a concessão de novos créditos e perdão da dívida externa junto de tais organismos. A promessa era de que os africanos

Pudessem desfrutar de um padrão econômico-social acima da mera subsistência de suas economias, mas também, as de efetivo acesso (b) à educação, à cultura, às condições melhores de vida, maior nível de discernimento político e da cidadania; acesso à informação, mediante o pluralismo de fontes diversificadas de notícias como forma de minimizar a manipulação dos setores conservadores de comunicação de massa, controlada pelo partido que esteja no poder (DE MELLO, 1998, p.257).

Na atualidade, apesar da heterogeneidade dos movimentos sociais, a luta social toma forma como processo de mobilização em oposição a presença das empresas multinacionais, e não mais a luta de libertação contra o colonialismo. É o caso de luta contra a presença da Vale do Rio Doce em Moçambique vista como adversária dos movimentos sociais que lutam contra a desocupação de suas terras em favor de multinacionais internacionais.

De acordo com Bussotti e Mutzenberg (2016), pelo menos três fatores caracterizam os novos movimentos sociais em África, a partir dos anos noventa:

- a) O processo de democratização originou, na maioria dos casos, uma situação em que os Estados africanos procuraram controlar e limitar a opinião pública, em detrimento da promessa de mais liberdade, sobretudo de expressão;
- b) Em paralelo, a adoção dum modelo liberal patente em muitas constituições africanas tem introduzido o paradigma dos direitos humanos como base para uma nova coabitação social e política. Geralmente financiados por ONGs internacionais; os movimentos locais começaram a lutar pelo respeito dos princípios constitucionais, enraizados na justiça económica e na liberdade política;
- c) Vaga de liberalização que tem atravessado muitos países africanos teve, como consequência, a exacerbação da situação socioeconómica de um grande número de cidadãos, de maneira que estes recorreram a protestos sociais e demonstrações para atenuar as crescentes diferenças entre eles e as novas classes privilegiadas. (BUSSOTTI; MUTZENBERG, 2016, p.12).

Na Guiné-Bissau o processo de democratização colocou desafio sobre a dimensão cultural proporcionado pelo pluralismo, daí a centralidade de cultura política. Na esfera política os movimentos sociais enfrentaram vários golpes de Estado e conflitos internos, o que resultou na instabilidade das instituições e crise política interna (TEIXEIRA, 2015).

Resta saber, olhando nosso tema, até que ponto o processo de democratização, no quadro neoliberal, está criando condições para exacerbação de lutas dos movimentos sociais para atenuar crescentes desigualdades sociais, políticas e econômicas, enquanto parte integrante da ação coletiva, e que abordagens conceituais possibilitam uma maior compreensão do Movimento de Cidadão Conscientes e Inconformados, na Guiné-Bissau, na atualidade.

7 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A nossa pesquisa fundamenta-se em análise do Movimento Cidadãos Conscientes Inconformados, no cerne do cenário político guineense, entre 2015 e 2019. Elegemos como caminho para a análise a metodologia da pesquisa qualitativa, por nos aparentar ser a mais apropriada para a análise que se pretende levar a cabo.

Nessa ótica, privilegamos apostar na abordagem sociológica, em diálogo com disciplinas de ciências sociais, como política e histórica, em paralelo ao sistema democrático que se expandiu desde Europa, América Latina, Estados Unidos e a África. Traçamos um recorte temporal da nossa investigação o processo de democratização dos anos 1990 em diante.

O método da pesquisa de carácter qualitativa seguirá os objetivos exploratórios que, de acordo com que Gil (2010), aprimora ideia de variados aspetos relativos ao fato em análise através de análise do levantamento bibliográfico, análise documental e entrevista semiestruturada dos membros do Movimento de Cidadãos Conscientes Inconformados. Serão privilegiados trabalhos dos autores africanos em diálogo com teóricos europeus, enriquecidas com textos, documentos e relatórios que nos ajudam na compreensão do tema de pesquisa com objetivo de conseguir as informações e os conhecimentos relacionado ao problema para o qual se procura uma resposta ou hipótese.

Segundo Luke e André (1986) a grande vantagem dessa técnica em relação as outras é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. A escolha dos integrantes como interlocutores seguir-se-á seleção aleatória, não intencional.

O território eleito para edificar o nosso estudo restringir-se-á os limites do setor autónomo de Bissau, cidade administrativa, em diferentes lugares onde se encontram residentes os sujeitos da pesquisa, na diáspora, especificamente, em Portugal e no Brasil, donde se encontram alguns dos seus integrantes. O levantamento, identificação, análise e interpretação segura dos dados bibliográficos, documentais e das entrevistas coletados, serão orientadas por um procedimento planejado, minucioso, atento a um olhar sociológico crítico e imparcial para finalmente servir de alicerce do embasamento e elaboração do relatório final.

8 REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, 2009, p. 49-86.
- AUGEL, Moema P. **O desafio do escombros**: nação, identidade e pós-colonialismo na Literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BOBBIO, Norbert. **O futuro da democracia uma defesa das regras do jogo**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- BUSSOTTI, Lucas; MUTZENBERG, Remo. Movimentos sociais, Estado e Sociedade Civil em África. Considerações introdutórias. **Cadernos de Estudos Africanos**, Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), 2016, p. p. 7-14.
- CARDOSO, Carlos. **Formação E Recomposição Da Elite Política Moderna Na Guiné Bissau**: Continuidades E Rupturas: (1910-1999). – VIII Congresso afro-Brasileiro de ciências sociais, Coimbra, 2014.
- CORDEIRO, Roberto S. **Guiné-Bissau (1973-2005)**: uma análise sobre a relação civil militar no processo de transição política. Núcleo de Estudos Brasil-África. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2008.
- CRESWELL, Jon W. **Projeto de Pesquisa**: método quantitativo, qualitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- DE MELLO, Celso A. B. A democracia e suas dificuldades contemporâneas. **Rev. Informação Legislativa**, Brasília, p. 137, jan. / mar. 1998.
- FRANK, André G.; FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais. **Lua nova Rev. Cultura e política**, 1989.
- GIL, Antônio Carlos, 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 . ed. - São Paulo: Ed. Atlas, 2010.
- GOHN, Maria da G. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Ed. Loyola, 1997.
- GOHN, Maria da G. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- HANDEM, A. **Análise Institucional das Organizações da Sociedade Civil na Guiné-Bissau**. Projecto No Na Tisi No Futuro, IMVF, Lisboa, 2008.
- HUNTINGTON, Samuel. **A Terceira onda**: democratização no final do século XX. Sá Paulo: Ática, 1994.
- LAKATOS, Eva M; MARCONI, Maria A. **Metodologia científica**. 6.ed.-São Paulo: Atlas, 2011.
- LE BON, Gustave. **Psicologia das multidões**. – Trad. Ivone Moura Delraux. Editor: Roger Delraux.. Presses Universitaires de France: Digital Source, 1895.

LUKE, M; ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** – São Paulo: EPU, 1986.

MAAR, Leo W. **As Bases Da Política.** – Blog: Entre Nós. – Pub: 21 julho 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2Zoz4R8>Acesso aos: 11. 04. 2018.

MINAYO, M. C. S.90(org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** – 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007. 108p.

MUTZENBERG, Remo. Movimentos sociais: entre aderências, conflitos e antagonismos. – In: **SINAIS-Revista Eletrônica - Ciências Sociais**, Vitória: CCHN, UFES, v. 1, n. 09, p. pp.127-143, 2011.

PATEMAN, Caroline. **Participação e teoria democrática.** – Rio de Janeiro: paz e terra, 1992.

UNIÃO EUROPEIA (org.). **Relatório Final: Eleições Presidenciais e Legislativas 13 de abril de 2014.** Missão de Observação Eleitoral – Guiné-Bissau, 2014.

SÁ, Franklin G. C. **Os sucessivos Golpes Militares No Processo da Democratização Na Guiné-Bissau.** – UFRGS: Porto alegre, 2010.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo E Democracia.** – Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SUCUMA, Arnaldo. **Estado e ensino superior na Guiné-Bissau.** – 1974-2008. Recife: Universidade da UFPE, 2013.

TEIXEIRA, Ricardino J. D. **Tiro na Democracia: Uma análise sobre o processo de transição democrática na Guiné-Bissau, 1994-2007.** – Blog: PROJECTO GUINÉ-BISSAU CONTRIBUTO, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2HJArB5>. Acesso em: 27. 05. 2019.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Sociedade Civil e Democratização na Guiné-Bissau, 1994-2006.** (Dissertação), UFP, Recife, 2008.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Cabo-Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e o Estado.** – Recife: Editora do Autor, 2015.

TOURAINÉ. Alain. **Palavra e Sangue: Política e Sociedade na América Latina.** – Trad. de Iraci D. Poleti. – São Paulo: UNICAMP, 1989.

VITULLO, Gabriel E. **As teorias da democratização frente às democracias latino americanas realmente existentes.** – OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, v. 12, n. 12, novembro, 2006, p. 348-377.